



FENPROF
FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS PROFESSORES

PROFESSORES TOMAM POSIÇÃO

EM DEFESA DE UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE

Os professores e educadores abaixo assinados manifestam a sua oposição às medidas de política educativa que têm vindo a ser implementadas, considerando que estão hoje em risco a escola pública e a garantia do direito à educação para todos, consignado na Lei de Bases do Sistema Educativo e na Constituição da República Portuguesa.

Entre estas medidas, relevam:

- **o aumento significativo do número de alunos por turma e do número de turmas/níveis/anos de escolaridade por professor**

- **as constantes alterações legislativas**, nomeadamente curriculares, de programas e de regimes de avaliação, sem fundamentação científico-pedagógica ou avaliação que as justifiquem

- **a supressão de milhares de postos de trabalho docente**, designadamente à custa da redução de ofertas formativas, de menor apoio para os alunos com dificuldades e/ou social e culturalmente mais desfavorecidos e da sobrecarga dos horários de trabalho

- **os que agravam a instabilidade profissional dos docentes**, com a existência de um cada vez maior número de professores em mobilidade, o aumento do desemprego e da precariedade, a imposição de uma prova de avaliação de conhecimentos e capacidades e a alteração das condições de aposentação

- **a revisão do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo**, visando o alargamento do financiamento do ensino privado com dinheiros públicos, quando, em muitos casos, existem escolas públicas desaproveitadas, com recursos humanos, físicos e materiais adequados a um ensino de qualidade, inclusivo e universal.

Neste contexto, os professores e educadores abaixo assinados exigem do MEC e do Governo:

- a redução do número de alunos por turma e de turmas/níveis por professor, bem como o desdobramento de turmas com vários níveis de escolaridade
- horários pedagogicamente adequados, com tempos para preparação e acompanhamento da atividade letiva
- a consideração de todas as atividades realizadas com alunos como componente letiva, conforme compromisso assumido pelo MEC na ata negocial de 25.06.2013
- a eliminação da prova de avaliação de conhecimentos e capacidades, a vinculação dos docentes contratados e a atribuição de serviço aos docentes nas escolas a cujo quadro pertencem
- o fim de alterações avulsas no sistema de ensino, sem qualquer avaliação ou fundamentação
- a avaliação rigorosa da necessidade de manutenção dos contratos com estabelecimentos privados e a consequente cessação daqueles que já não se justifiquem
- o reforço do financiamento público das escolas para o seu adequado funcionamento

NOME	BI/CARTÃO CIDADÃO	LOCALIDADE

